

[WWW.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 2.5 Brasil.

Fonte:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9560:boletim-de-politica-industrial-ipeaabdi&catid=227:dimac&Itemid=3 . Aceso em: 8 abr. 2016.

IV - Tópicos Especiais

IV.1 - Vulnerabilidade Externa e Crescimento na Economia Brasileira: 1978/2000¹

Marco Flávio da Cunha Resende *

Joanílio Rodolpho Teixeira **

Segundo o argumento cepalino, elaborado por Raul Prebisch, as economias periféricas caracterizavam-se por crises externas crônicas. A industrialização por meio da substituição de importações alteraria a estrutura produtiva dessas economias, garantindo dois resultados básicos: *i*) taxas de crescimento superiores às de suas exportações de produtos primários; *ii*) a superação dos obstáculos aos ganhos com o comércio internacional [Bruton, 1998, p. 904].²

Argumenta-se em Lemos (1988) que o processo de substituição de importações, mesmo quando esgotado, resulta em uma indústria desprovida de um núcleo endógeno de geração de progresso técnico. Assim, as economias que se industrializaram por essa via apresentariam ao longo do tempo menores taxas de desenvolvimento tecnológico e de ganhos de produtividade, o que afetaria sua competitividade internacional a médio e longo prazo, como também o grau de vulnerabilidade de sua inserção internacional, vis-à-vis as principais economias industrializadas.³ Em consonância com este argumento, Bruton (1998, p. 903), estudando o papel do aprendizado (*learning*) e da acumulação de conhecimento para o desenvolvimento econômico, afirma que “a principal razão para o fracasso da substituição de importações foi que, da forma como foi praticada, ela criou um ambiente que desencorajou o *learning*.”

* Pesquisador do IPEA/DISET.

¹ Este artigo baseia-se em Resende, MFC e Teixeira, JR., “Competitividade, Vulnerabilidade Externa e Importações Totais e de Bens de Capital no Brasil: 1978/2000”, Seminário Interno da DISET.

** Pesquisador do IPEA/DISET.

Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

²BRUTON, H.J. *A reconsideration of import substitution*. *Journal of Economic Literature*, v. XXXVI, jun. 1998.

³ LEMOS, M. B. Espaço e Capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. Campinas, 1988 (tese de doutorado). Esta é uma perspectiva ricardiana, pois considera os diferenciais de produtividade fundamentais na determinação do padrão do comércio internacional. Na perspectiva cepalina, as características das economias periféricas de deterioração secular dos termos de troca, de baixas elasticidades-renda e preço da demanda de suas exportações, de fortes ciclos de preços de seus bens exportáveis, estão associadas ao menor grau de progresso técnico e sofisticação tecnológica dos países subdesenvolvidos, vis-a-vis os desenvolvidos, resultando na vulnerabilidade internacional dessas economias.

Resende e Teixeira (2001) investigaram o argumento de deficiência estrutural de ganhos tecnológicos e de produtividade a longo prazo na economia brasileira, que se industrializou por meio da substituição de importações. Essa deficiência teria duas conseqüências interligadas: *i*) haveria a necessidade sistemática da economia requerer importações de maior conteúdo tecnológico. Ou seja, sua demanda de importações seria crescente em função do grau de densidade tecnológica dos segmentos produtivos demandantes; *ii*) os ganhos de competitividade de longo prazo da economia ficariam comprometidos, tornando sua vulnerabilidade externa mais elevada em relação às economias desenvolvida, isto é, menores ganhos de competitividade ao longo do tempo reduziriam a capacidade – seja da política econômica, seja dos mecanismos de mercado – de afetar a disponibilidade de divisas externas da economia. Desse modo, as oscilações dos mercados internacionais teriam sua importância relativa aumentada na determinação da disponibilidade de divisas externas da economia, em detrimento da política econômica doméstica (ou dos mecanismos de mercado).⁴ Neste caso, a disponibilidade de divisas externas deve operar como uma das variáveis relevantes na determinação do quantum importado, principalmente de bens e insumos relativos aos segmentos produtivos de densidade tecnológica mais elevada.

A constatação de entraves ao progresso tecnológico é relevante para o diagnóstico dos problemas macroeconômicos brasileiros e para a formulação de políticas que visem sua superação. Para isso, os autores estimaram uma função alternativa da demanda de importações para a economia brasileira, incluindo a disponibilidade de divisas externas entre as variáveis relevantes para explicar o comportamento do quantum importado. Além da equação de demanda de importações totais, foi estimada uma função de demanda por importações de bens de capital, bens que incorporam materialmente o progresso técnico.

Aspectos da indústria de bens de capital brasileira. Em Lemos (1988) é demonstrado porque o processo de substituição de importações, embora viabilize a industrialização de uma economia, cria obstáculos ao desenvolvimento do seu sistema nacional de inovações, com efeitos deletérios sobre o ritmo do progresso tecnológico.⁵

⁴ Ou seja, seria pequeno o poder de manobra da política macroeconômica sobre os fluxos de divisas do balanço de pagamentos, à exceção das importações, nas economias caracterizadas por deficiências na geração de progresso tecnológico. Neste caso, o ajuste externo verificar-se-ia, de modo recorrente, por meio do controle das importações.

⁵ O conceito de sistema nacional de inovações foi elaborado nos anos 1980 pela literatura neo-schumpeteriana, a partir de elementos históricos, desenvolvimento teórico e análise empírica.

Visto serem os bens de capital os portadores materiais do progresso técnico e seu principal canal de difusão, a substituição de importações introduziria uma debilidade estrutural na indústria dessa categoria de bens.

Nos anos 1980, quando o ciclo histórico da industrialização brasileira via substituição de importações já havia se esgotado, a indústria de bens de capital era diversificada e apresentava-se como a mais avançada entre indústrias dessa categoria nos demais países em desenvolvimento. Contudo, a indústria brasileira de bens de capital apresenta características distintas das observadas nos principais países industrializados. Na década de 1980, os setores produtores desta categoria de bens dos países desenvolvidos tinham pesos bem maiores dentro de suas respectivas estruturas produtivas que aquele observado para a indústria brasileira de bens de capital. Além disso, estas economias apresentavam as melhores posições relativas dentro do comércio internacional desse tipo de bens.⁶

Nos anos 1990, ocorreram diversas transformações na economia brasileira, destacando-se a abertura comercial, a apreciação da taxa de câmbio real, as privatizações e a estabilização de preços. Estudando os efeitos dessas transformações sobre a indústria de bens de capital brasileira, Resende e Anderson (1999) constataram que elas não foram suficientes para alterar o padrão de especialização tecnológica gestado nessa indústria nas décadas anteriores,⁷ caracterizado pela produção de bens de menor conteúdo tecnológico e pela importação dos produtos mais sofisticados.

Segundo Bielschowsky (1999), as importações de bens de capital nos anos 1990 prestaram-se, predominantemente, à modernização da produção nacional necessária para o enfrentamento da pressão competitiva externa advinda da abertura econômica.⁸ Os planos de investimento em ampliação da capacidade instalada, por seu turno, teriam sido postergados. Portanto, a despeito das mudanças verificadas nos últimos anos, as importações de bens de capital (vis-à-vis sua produção doméstica) permanecem fundamentais para

as dinâmicas tecnológica, de investimento e de crescimento da economia brasileira.

Estimativa das funções de demanda de importação total e de bens de capital. Para testar a hipótese de Resende e Teixeira, anteriormente citada, tais autores estimaram uma equação de demanda de importação total e outra de bens de capital, usando dados trimestrais, para o período 1978/2000. Foi contemplada como argumento nestas funções a variável disponibilidade de divisas externas (DV12 = média móvel de 12 trimestres da disponibilidade de divisas), além daquelas tradicionalmente consideradas na literatura – o nível de atividade econômica (Y) e os níveis de preços das importações e de seus substitutos domésticos (P).⁹

Entendendo práticas de política de comércio exterior – tais como a incidência de tarifas, depósitos compulsórios, impostos vinculados, atrasos na liberação de guias, restrições quantitativas, retirada de subsídios, etc. – como consequência de mudanças na DV, Resende e Teixeira introduziram na especificação da equação de demanda por importações a variável DV como proxy da influência conjunta de todas estas barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o quantum importado. Essa equação tomou a seguinte forma:

$$\ln M = a_0 + a_1 \cdot \ln P + a_2 \cdot \ln Y + a_3 \cdot \ln DV + u^{10}$$

As tabelas 1 e 2 apresentam as elasticidades de longo prazo estimadas para as equações de demanda de importação total e de bens de capital. As variáveis precedidas das letras *pw* correspon-

⁹ A metodologia para a mensuração da DV está em Hemphill, W.L. *The effect of foreign exchange receipts on imports of less developed countries*. IMF Staff Papers, 21, p. 637-677, 1974.

¹⁰ Onde \ln é a função logarítmica; a_0 é uma constante; a_1 e a_2 são as elasticidade-preço e renda da demanda de importações, respectivamente; a_3 é a elasticidade da demanda de importação em relação à DV; M é o quantum importado, $P = (\lambda \cdot P_m/P_d)$, λ a taxa de câmbio nominal, P_m o preço das importações em dólares, P_d o preço dos bens domésticos substitutos das importações, Y o nível do produto real, DV a disponibilidade de divisas externas e u um distúrbio aleatório. Os testes de raiz unitária levaram à conclusão de que todas as variáveis são integradas de ordem 1, $I(1)$. As estimações foram iniciadas com um vetor auto-regressivo (VAR) e, em seguida, partiu-se para o teste de co-integração via procedimento de Johansen. Inicialmente, modelou-se um VAR com oito defasagens e aplicou-se, sequencialmente, testes-F e o critério de informação de Schwarz, para a redução do número de defasagens. Para importações totais e de bens de capital, os modelos foram reduzidos a um VAR de ordem 3 e de ordem 2, respectivamente. A hipótese de não co-integração foi rejeitada. Por meio do teste da razão de verossimilhança (LR), constatou-se a significância estatística dos coeficientes estimados. As variáveis que não se apresentaram significativas a, pelo menos, 10% foram excluídas das equações. De acordo com o teste LR, à exceção do quantum importado total e de bens de capital, as demais variáveis do modelo foram consideradas exógenas fracas. Desse modo, foi possível restringir a análise ao modelo condicional das importações totais e de bens de capital para estimar a relação de longo prazo.

⁶ "Para 1984, mais de 50% das exportações mundiais de bens de capital estavam concentradas nos Estados Unidos, Alemanha e Japão", enquanto "no período 1989-1990 a participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais de máquinas e equipamentos era de 0,35%" (Resende, M.F.C., *Industrialização periférica e dinâmica das importações de bens de capital: um estudo econométrico do caso brasileiro*. Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 1995 (Dissertação de mestrado).

⁷ Resende, M.F.C. e Anderson, P. *Mudanças estruturais recentes na indústria de bens de capital*. Belo Horizonte, Nova Economia, vol. 9, n. 2, dez. 1999.

⁸ Bielschowsky, R. *Investimento na indústria brasileira depois da Abertura e do Real: o mini-ciclo de modernizações*, 1995-1997. Cepal, Série Reformas Econômicas nº 44, Santiago do Chile, 1999.

dem aos termos com variáveis dummy, que testam a hipótese de instabilidade dos parâmetros da equação. Essas variáveis vêm seguidas da data em que se presume ter ocorrido a ruptura do respectivo parâmetro.

A elasticidade-preço da demanda de importação só é estatisticamente significativa após o terceiro trimestre de 1994, para importações totais, e após o primeiro trimestre de 1999, para importações de bens de capital. Nesses períodos ocorreram a estabilização de preços e a maxidesvalorização cambial, respectivamente. A elasticidade-renda da demanda de importação total, por sua vez, só é significativa após o primeiro trimestre de 1990, e da ordem de 2,15. A ruptura desse parâmetro deve estar associada à abertura comercial, iniciada nesse período. Para a equação de importação de bens de capital, tal elasticidade é estável e da ordem de 1,58.

Até 1994.3, a elasticidade da demanda de importação total em relação à disponibilidade média de divisas é da ordem de 0,85, e significativa a 1%. Assim, até esta data, um aumento de 10% em DV12 deve corresponder, a longo prazo, a uma elevação de 8,5% do quantum importado total. Porém, em 1994.3, há uma ruptura no coeficiente estimado da DV12, que se reduz para 0,20. Este resultado é compatível com a hipótese de que, após o lançamento do Plano Real, a disponibilidade de divisas deixou de ser parâmetro para o ajuste da demanda de importação. Isto se deveu à estratégia do Banco Central de acumular reservas externas, adotada para sustentar o regime de âncora cambial então em vigor.

A partir de 1999.1, quando foi adotada a política de taxas de câmbio flexíveis, a DV12 continuou irrelevante na explicação do quantum importado. Isto é, o coeficiente da $pwDV12/99.1$ não foi significativo a 10%. Este resultado deve-se, provavelmente, à troca dos instrumentos adotados para adequar o quantum importado à disponibilidade de divisas, nos últimos anos. Até recentemente, as barreiras tarifárias e não tarifárias às importações correspondiam, em boa medida, a esses instrumentos. Porém, com o advento do Mercosul e com os compromissos assumidos pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio nos anos 1990, o controle das importações recaiu sobre as variáveis renda e preços relativos. Ou seja, embora a disponibilidade de divisas possa ter voltado a explicar o quantum das importações totais após 1999.1, alterações na disponibilidade de divisas não resultam, como acontecia anteriormente, em ação direta do governo sobre os mecanismos de controle das importações correspondentes às barreiras tarifárias e não tarifárias. Recentemente, mudanças na disponibilidade de divisas afetam o quantum importado por meio de variações na renda e na taxa de câmbio – neste último caso, a partir da adoção do re-

gime de taxas de câmbio flexíveis, em 1999. Visto que essas variáveis estão contempladas como argumento na equação estudada, o coeficiente das mesmas capta as alterações no quantum importado, ensejando uma elevação do grau de multicolinearidade entre esses coeficientes e o coeficiente da $pwDV12/99.1$.¹¹

Com relação à estimativa da função de demanda por importação de bens de capital, um aumento de 10% da DV12 corresponderia, a longo prazo, a uma elevação de 16,4% do quantum importado de bens de capital, até 1997.1. Neste período verifica-se uma ruptura do coeficiente da DV12, que se reduz de 1,64 para 1,03.¹²

Portanto, ao contrário do resultado encontrado para a equação das importações totais, mesmo após a implementação do regime de bandas cambiais, a DV12 permaneceu extremamente relevante para explicar as importações de bens de capital. Tal resultado sugere a importância da disponibilidade de divisas externas e, portanto, dos ciclos dos mercados de comércio e financeiros internacionais, na determinação das importações de bens de capital e, deste modo, da taxa de investimento e de crescimento no Brasil. Esse fato é tanto mais importante quando se leva em consideração o significativo incremento da participação dos bens de capital importados na formação bruta de capital fixo, após 1990.

¹¹ Entre 1990 e 1994, a DV12 foi relevante na explicação do quantum importado uma vez que a elevação da disponibilidade média de divisas na primeira metade dos anos 1990 viabilizou o controle das importações diretamente por meio das alterações nas barreiras tarifárias e não tarifárias: a adequação das importações ao aumento da disponibilidade de divisas, observado nesse período, correspondeu à redução das barreiras às importações. No âmbito dos acordos comerciais dos quais o Brasil é signatário, a rigidez para o aumento dessas barreiras é bem mais elevada que para sua redução.

¹² A redução verificada para a elasticidade da demanda de importação de bens de capital em relação à disponibilidade de divisas em 1997.1 está de acordo com Bielschowsky (1999). Segundo ele, o investimento verificado nos anos 1990 foi, predominantemente, em modernização, permanecendo postergados os investimentos destinados à ampliação da capacidade. O início de modernização dos anos 1990 teria sido concluído em 1997. Outra explicação plausível para a ruptura do citado coeficiente está na crise da Ásia de 1997.3, seguida pela crise da Rússia no segundo semestre de 1998 e pela maxidesvalorização do Real em 1999, que afetaram negativamente as decisões de investir.

Tabela 1 - Testes de Co-integração: Importações Totais (1978.4-2000.4)

Ho:posto = ρ	Testes do Maior Autovalor			Testes do Traço		
	$-T\log(1-\gamma)$	$-(T-nm)\log(1-\gamma)$	95%	$-T\sum\log(1-\gamma)$	$(T-nm)\sum\log(1-\gamma)$	95%
$\rho = 0$	45,93**	36,64	39,4	103,5**	82,58	94,2
$\rho \leq 1$	29,1	23,21	33,5	57,58	45,93	68,5
$\rho \leq 2$	19,28	15,38	27,1	28,48	22,72	47,2
$\rho \leq 3$	5,894	4,702	21,0	9,204	7,343	29,7
$\rho \leq 4$	2,887	2,303	14,1	3,31	2,64	15,4
$\rho \leq 5$	0,423	0,3374	3,8	0,423	0,337	

Vetor de co-integração (normalizado)

QMT	PIB	pwPIB/90.1	pwP/99.1	DV12	PwDV12/94.3
1,000	0,18708	-2,3377	1,0229	-0,84569	0,65206

Vetor de ajustamento (normalizado)

QMT	PIB	pwPIB/90.1	pwP/99.1	DV12	PwDV12/94.3
-0,57680	-0,084559	-0,016770	0,0010298	0,071362	0,023367

Tabela 2 - Testes de Co-integração: Importações de Bens de Capital (1978.3-2000.4)

Ho:posto = ρ	Testes do Maior Autovalor			Testes do Traço		
	$-T\log(1-\gamma)$	$-(T-nm)\log(1-\gamma)$	95%	$-T\sum\log(1-\gamma)$	$(T-nm)\sum\log(1-\gamma)$	95%
$\rho = 0$	39,82*	35,4	37,5	102,1**	90,78*	87,3
$\rho \leq 1$	29	25,78	31,5	62,31	55,38	63,0
$\rho \leq 2$	19,91	17,7	25,5	33,3	29,6	42,4
$\rho \leq 3$	7,514	6,68	19,0	13,39	11,91	25,3
$\rho \leq 4$	5,88	5,227	12,3	5,88	5,227	12,3

Vetor de co-integração (normalizado)

QMBK	PIB	pwP/94.3	DV12	pwDV12/97.1	Trend
1,000	1,5797	1,0461	-1,6426	0,61449	0,0078854

Vetor de ajustamento (normalizado)

QMBK	PIB	pwP/94.3	DV12	pwDV12/97.1
-0,65767	0,021311	0,029831	-0,032023	-0,19424

Conclusões. Os resultados obtidos nas estimativas de Resende e Teixeira (2000) sugerem a relevância da disponibilidade de divisas externas para a explicação das importações totais e de bens de capital no Brasil. Essa conclusão tem uma implicação básica: a importância da disponibilidade de divisas só é significativa na função de demanda de importação quando o seu controle pela política econômica é pequeno. Nos momentos de escassez de divisas, para alcançar o equilíbrio das contas externas os policy makers só lançam mão do controle das importações quando não conseguem afetar a contento os demais fluxos de divisas do balanço de pagamentos, tendo em vista os transtornos micro e macroeconômicos causados por esse controle. Os ciclos dos mercados comercial e financeiro internacionais teriam assim um papel relevante na determinação da disponibilidade de divisas, o que evidenciaria a vulnerabilidade externa da economia.¹³ Entre-

tanto, quando o problema da escassez de divisas externas pode ser solucionado por outra via que não a do controle das importações, a redução da disponibilidade de divisas poderá ocorrer sem variações na demanda por importações. Nesse caso, ela não seria relevante para explicar essa demanda.

Ademais, a elasticidade de longo prazo estimada para a demanda de importação de bens de capital em relação à disponibilidade de divisas é significativamente maior que a estimada na equação de importações totais. Isso sugere que a necessidade sistemática de importação de bens de capital é superior à verificada para as importações totais. Tal fato ganha maior relevo, visto que a produção doméstica de máquinas e equipamentos concentrou-se em bens de menor conteúdo tecnológico, ao passo que os produtos mais sofisticados são importados. Desse modo, a hipótese da presença de deficiências de geração de tecnologia, de ganhos de produtividade e de competitividade internacional ao longo do tempo, postulada para a economia brasileira, ganha sustentação empírica.

¹³ A princípio, toda economia apresenta alguma vulnerabilidade externa. O que difere as economias nesse aspecto é o grau dessa vulnerabilidade.

Portanto, não se pode rejeitar a hipótese de elevada vulnerabilidade externa da economia brasileira, proporcionada, entre outros fatores, por deficiências estruturais de seu sistema nacional de inovações, que, segundo Lemos (1988) e Bruton (1998), teriam sido ensejadas pelo processo de substituição de importações.

Em função dos acordos internacionais, dos quais o Brasil tornou-se signatário nos últimos anos, a renda ganhou importância relativa como variável de ajuste das contas externas. Assim, o crescimento da economia brasileira mostra-se atrelado à disponibilidade de divisas externas (e não o contrário), cujo controle pela política econômica doméstica parece ser pequeno. Ademais, na medida em que o incremento da participação das importações de bens de capital na formação bruta de capital fixo foi significativo nos anos 1990, as taxas de investimento (e de crescimento) da economia brasileira ficam condicionadas, em grau não desprezível, aos ciclos dos mercados de comércio e financeiros internacionais.

O significativo aumento da elasticidade-renda da demanda de importação total, estimado para o período posterior ao primeiro trimestre de 1990, aumentou ainda mais a relevância da disponibilidade de divisas externas para o crescimento econômico no Brasil: após 1990.1 essa elasticidade atingiu a ordem de 2,15. Ou seja, a quebra e elevação desse parâmetro, concomitantemente à estabilidade do coeficiente da disponibilidade de divisas na virada da década de 1980 para a de 1990, sugere que, após esse período, a vulnerabilidade externa da economia brasileira aumentou.

De fato, a realocação de recursos proporcionada pela abertura comercial nos anos 1990, entre outros fatores, não alavancou as exportações na mesma proporção do vigoroso aumento observado para as importações. O incremento das exportações a taxas mais elevadas é importante para a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. A abertura comercial pode ser salutar para estimular a realocação de recursos e a concorrência, resultando em ganhos de produtividade e de competitividade. Porém, é possível que os desequilíbrios externos recentes da economia brasileira e a ainda insuficiente competitividade das suas exportações estejam relacionados não apenas à política econômica adotada nos últimos anos, mas, também, às deficiências estruturais de seu sistema nacional de inovações. Assim, a abertura comercial, não acompanhada da política industrial adequada, pode não gerar os resultados positivos esperados sobre os ganhos de eficiência e competitividade da economia. Nesse caso, faz-se necessária a adoção de políticas voltadas para a indução do

desenvolvimento do sistema nacional de inovações no Brasil.¹⁴

IV.2 - Políticas públicas de exportação e seus impactos nas exportações: o caso do Proex¹⁵

Sérvulo Vicente Moreira*

A meta pretendida pelo governo — aumentar o valor das exportações brasileiras para 100 bilhões de dólares em 2002 — tem levado os organismos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas de exportação a empreender diversos tipos de políticas específicas. Entre elas, pode-se destacar a qualificação da mão-de-obra (por meio de cursos com ênfase em economia internacional, análise de comércio exterior, etc.) e a busca de novas formas de incentivar indústrias e empresas de pequeno e médio porte a colocarem seus produtos no mercado internacional. Esses mecanismos estão concentrados, sobretudo, em promover as vendas externas de produtos que tenham um alto valor agregado, isto é, intensivos em capital.

A partir dos anos 1950, com o surto da industrialização no país, começaram a ser implantados mecanismos para promover as exportações, diversificando-se os produtos para vendas externas e conseguindo-se novos mercados no exterior, o que resulta em reduções nos déficits da balança de pagamentos. Entretanto, o comportamento das exportações de um país depende de fatores políticos e não-políticos. Deve-se levar em conta aspectos estruturais da economia (dotação de recursos naturais e de fatores em geral, extensão geográfica, nível de desenvolvimento socioeconômico, tecnologia usada e investimentos tecnológicos, política industrial existente, custos de transporte); políticas de curto prazo (comércio, fiscal, movimento de capitais, crescimento relativo da produtividade); políticas microeconômicas ou setoriais (sistema de drawback, isenção de impostos diretos; e crédito para exportação); fatores externos que afetam a demanda e a oferta mundial para produtos tradeables (produtos comercializáveis).

No Brasil, os entraves apontados para o incremento das exportações estão relacionados com as deficiências nos serviços de infra-estrutura, destacando-se as debilidades institucionais e dificuldades burocráticas. Uma pesquisa da Funcex (1997), realizada a partir de consultas junto a 336 empresas exportadoras, aponta os seis principais

¹⁴ O tipo e a natureza dessas políticas fogem ao escopo desse artigo e devem ser objeto de pesquisas futuras.

¹⁵ Este artigo baseia-se em Moreira, Sérvulo Vicente: *Políticas públicas de exportação e seus impactos nas exportações: o caso do Proex*, (Dissertação de mestrado), Universidade Católica de Brasília, 2001.

* Pesquisador do IPEA/DISET.